



ASSEMBLEIA INFORMA

30 DE NOVEMBRO DE 2018 – SEXTA-FEIRA – ANO 27 – Nº 5.399

Vagões motorizados são opção para transporte ferroviário de passageiros

Representantes de entidades de defesa do transporte sobre trilhos apresentaram ontem à Comissão Extraordinária Pró-Ferrovias Mineiras os benefícios que a motorização de vagões autônomos traria para a revitalização de máquinas sucateadas e a preservação de linhas. Eles participaram de audiência pública juntamente com a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (Fapemig), convidada a se envolver no projeto. O órgão é a única agência de fomento ao desenvolvimento científico e tecnológico de Minas.

Diretor da ONG Trem, André Tenuta disse que os vagões motorizados seriam uma alternativa muito mais barata do que os trens tradicionais, compostos de uma locomotiva e de vagões por ela puxados. Essas locomotivas são caras e hoje praticamente só encontradas em grandes dimensões, para o transporte de minério. Por outro lado, um exemplo de transporte de passageiros em unidades motorizadas são os veículos leves sobre trilhos (VLTs), usados dentro das cidades.

A economia de recursos seria ainda maior com os vagões autônomos motorizados, conhecidos como litorinas, que podem ser usados



Ricardo Barbosa

Projeto de reativação do transporte de passageiros sobre trilhos foi apresentado em reunião de comissão

para uma demanda menor tanto de passageiros quanto de carga, conforme André Tenuta. Na década de 1950, o Brasil importou essas máquinas, hoje abandonadas e sucateadas. Litorinas reformadas e vagões dos tradicionais trens-comboio motorizados poderiam ser utilizados em linhas menosprezadas pelas concessionárias por não direcionarem a portos.

Em Cataguases (Zona da Mata), está em andamento projeto de adaptação de um motor hidráulico para ser usado em vagões atualmente abandonados.

Assessora da presidência da Fapemig, Cláudia Couto

afirmou que o órgão está à disposição para contribuir com o desenvolvimento de projetos como o de Cataguases. Ela destacou já haver uma parceria com a Universidade Federal de Viçosa (UFV), que poderia ceder o espaço necessário para a transformação dos vagões.

Segundo Jershon Moraes, vice-presidente do Circuito Turístico Serras de Minas, há 5,4 mil vagões abandonados no País. Sérgio Mello, presidente da organização da sociedade civil de interesse público (Oscip) Apito, acrescentou que mais de 60 litorinas podem ser recuperadas apenas no pátio do Departamento Na-

cional de Infraestrutura de Transportes (Dnit) em Santos Dumont (Zona da Mata).

Ele sugeriu que o valor de multas impostas a concessionárias pela falta de conservação de linhas seja revertido para o custeio da revitalização e transformação de vagões.

Presidente da Comissão Pró-Ferrovias, o deputado João Leite (PSDB) defendeu o investimento em pesquisas que beneficiem o transporte de passageiros e que resultem na criação de linhas consideradas essenciais, como as que ligariam o Aeroporto de Confins a Ouro Preto e ao Instituto Inhotim.

Plenário recebe indicação para Fucam

O Plenário recebeu, na Reunião Ordinária de ontem, mensagem do governador Fernando Pimentel indicando o nome de Gildázio Alves dos Santos para o cargo de presidente da Fundação Educacional Caio Martins (Fucam). O

nome será avaliado por uma comissão especial antes de ser votado em Plenário. A Fucam apoia a permanência de jovens na escola, por meio da oferta de proteção social dirigida, além de promover a habilitação profissional.

Na mesma reunião, o Plenário recebeu ofício do vice-governador Antônio Andrade comunicando a ausência de suas funções institucionais no período de 29 de novembro a 2 de dezembro, por motivo de saúde. No mesmo

período, o governador Fernando Pimentel estará fora do País, para tratar de assuntos particulares. A chefia do Poder Executivo ficará a cargo do presidente do Tribunal de Justiça, desembargador Nélson Missias de Moraes.

Empresa pede cumprimento da ordem de reintegração de posse em Campo do Meio

Guilherme Bergamini

O conflito fundiário em Campo do Meio (Sul de Minas), que envolve a Companhia Agropecuária Irmãos Azevedo (Capia) e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), foi tema de nova audiência, ontem. Dessa vez, foram ouvidos os representantes da empresa, que disseram que o número de famílias no local é menor do que o alegado pelo MST e que muitas delas moram na cidade, não nas terras em disputa. Os convidados insistiram no cumprimento da liminar judicial que determina a reintegração de posse do terreno.

A reunião de ontem foi realizada pela Comissão de Agropecuária e Agroindústria, a requerimento dos deputados Antonio Carlos Arantes (PSDB), Fabiano Tolentino (PPS) e Roberto Andrade (PSB). Os argumentos apresentados são de que não há 450 famílias no local, conforme informações do MST apresentadas em audiência da Comissão de Direitos Humanos, no dia 22 deste mês. No dia 26, os parlamentares da comissão visitaram o local e constataram a presença das famílias e de plantações de café, milho, amendoim e árvores frutíferas.

Entretanto, de acordo com Jovane Moreira, conselheiro da Capia, vivem no terreno apenas cerca de 20



Comissão de Agropecuária ouviu representantes de empresa envolvida em conflito agrário no Sul de Minas

ou 30 pessoas. “Os outros são pequenos fazendeiros que moram na cidade e não se enquadram no perfil da reforma agrária”, disse. Ele também negou que a ocupação exista há 20 anos. Segundo Jovane Moreira, as terras foram invadidas em 2011.

Ainda de acordo com Jovane Moreira, o juiz da Vara Agrária Walter Zwicker Esbaille Júnior fez uma inspeção no local e constatou que os representantes da empresa estão dizendo a verdade. O conselheiro da empresa declarou que os números apresentados pelo MST são mentirosos.

Ele também acusou as pessoas que vivem no local de terem roubado máquinas da empresa. Diante dessa obser-

vação, o deputado Sargento Rodrigues (PTB) afirmou que vai apresentar requerimento solicitando que o delegado regional faça uma ação de busca e apreensão no local.

O deputado Antonio Carlos Arantes criticou o governo estadual, que, por meio da Cemig e da Copasa, teria reconhecido a ocupação, ao fazer instalações elétricas e de distribuição de água no local. Rozi Meire Gonçalves, diretora da Capia, e a advogada Cláudia Moreira também acusaram o governo de tentar regularizar uma ocupação irregular.

Os parlamentares citados, o deputado Gustavo Santana (PR) e o prefeito de Campo do Meio, Róbson Machado de Sá, manifestaram

apoio à empresa.

Queijos – Em outra reunião, ontem, a Comissão de Agropecuária deu parecer de 1º turno favorável ao Projeto de Lei 4.631/17, do governador Fernando Pimentel, que dispõe sobre produção e comercialização de queijos artesanais de Minas. O relator, deputado Antonio Carlos Arantes, recomendou a aprovação na forma do substitutivo nº 2, que apresentou, e a rejeição do substitutivo nº 1, da Comissão de Constituição e Justiça.

O novo texto altera a lógica da regulação da produção dos queijos. Se ele prevalecer, os tipos de queijo artesanal de Minas deixarão de figurar em lei para serem objeto de regulamento de produto.

Reajuste para defensores passa na CCJ

A Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) concluiu ontem pela constitucionalidade do Projeto de Lei (PL) 5.442/18, que prevê a revisão anual dos subsídios e proventos dos membros da Defensoria Pública Estadual. O índice de reajuste é de 7,52%. O projeto segue para a Comissão de Administração Pública.

O relator, deputado Isau-

ro Calais (MDB), opinou pela aprovação na forma original. No parecer, ele aponta que os recursos para a revisão estão previstos no orçamento, o que descarta a necessidade de suplementação orçamentária.

A proposição, de autoria da Defensoria Pública, trata da revisão salarial referente ao período de julho de 2016

a junho de 2018. Se for aprovado, o reajuste passará a vigorar a partir de janeiro do próximo ano. A recomposição corresponde ao Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apurado no período mencionado.

De acordo com a Defensoria, o impacto financeiro com a revisão salarial será de R\$ 26,16 milhões, para ativos

e aposentados. Existem quatro categorias de defensores, que passarão a receber salários entre R\$ 22.158,82 e R\$ 29.405,10. O reajuste também será concedido para o defensor público-geral, cujo salário será R\$ 30.628,34, e para o subdefensor público-geral e o corregedor-geral, que passarão a receber R\$ 29.822,82.

População de Ribeirão das Neves rejeita a transferência de membros do PCC

Daniel Protzner

A população de Ribeirão das Neves, na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), rejeita a possibilidade de transferência de presos ligados ao Primeiro Comando da Capital (PCC) para o município. Esse foi o recado dado na audiência que a Comissão de Segurança Pública realizou ontem sobre o assunto. Com cartazes, os moradores repudiaram os supostos planos do governo de Minas de transferir para a cidade detentos da maior facção do crime organizado no Brasil.

O prefeito e vereadores locais, o juiz, o promotor e o delegado da Comarca de Neves, além de deputados e outros convidados, também se posicionaram contra a ideia. Muitos deles questionaram a ausência de representantes das Secretarias de Estado de Segurança Pública (Sesp) e de Administração Prisional (Seap).

O presidente da comissão e autor do requerimento de audiência, deputado Sargento Rodrigues (PTB), classificou como “esquizofrênica” e “irresponsável” a proposta. “Há um projeto da Secretaria de Administração Prisional que prevê a transferência de presos do PCC da Penitenciária Nelson Hungria (de segurança máxima, em Contagem, na RMBH) para o Presídio Inspetor José Martinho Drumond, em Ribeirão das Neves”, afirmou.

Ainda segundo Sargento Rodrigues, o governo oculta informações sobre a fragilidade do presídio em Neves, que não ofereceria segurança para abrigar presos perigosos. Na opinião do deputado, se forem transferidos, os detentos conseguirão, com o tempo, dominar as outras unidades de Neves. “As famílias desses presos também vão se mudar para o entorno. E, no final, o PCC vai dominar o crime na Região Metropolitana”, previu.

O deputado João Leite (PSDB) também se manifestou contrariamente à possibilidade de transferência. “Se aceitarmos, toda a Região Metropolitana será atingida”, disse.

Justiça – O juiz auxiliar da Presidência do Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), Jair Francisco dos Santos, declarou que, apesar de considerar as boas intenções da Seap, o Poder Judiciário considera equivocada a ideia de transferência. “Apenas a Penitenciária Nelson Hungria e a de Francisco Sá (Norte) são adequadas para receber os presos do PCC”, ressaltou.

O prefeito de Neves, Moacir da Costa Júnior, destacou que a audiência na ALMG é um gesto de repúdio da população local. “Neves já está cansada de ser tratada como a lata de lixo de Belo Horizonte”, protestou. Ele considera



Segundo debatedores, presídio não pode abrigar presos perigosos

que o município já deu sua contribuição ao sistema prisional, tendo hoje a maior população carcerária de Minas (cerca de 10 mil presos). Na avaliação dele, o Estado tem agora que pagar sua dívida com a cidade, levando empresas, faculdades e investimentos para lá.

O presidente da Associação dos Municípios da RMBH (Granbel), Vítor Penido, sugeriu que se estabeleça uma norma prevendo que cada comarca seja responsável apenas pela guarda dos presos de sua região. Sargento Rodrigues apoiou a proposta e solicitou à Consultoria da ALMG que avalie sua viabilidade.

Pulverização – Na opinião da procuradora de Justiça Cássia Teixeira Gontijo, coordena-

dora do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco), não foi bem-sucedido o modelo atual de pulverização de presos de facções criminosas em vários estabelecimentos no Estado. Isso facilita o trabalho da facção criminosa, que busca justamente capilarizar sua atuação, na avaliação dela. “Tanto que o PCC se multiplicou em Minas Gerais”, constatou.

Cássia Gontijo disse acreditar que a adoção de um único estabelecimento prisional reunindo todos os presos de uma facção, com infraestrutura e pessoal de segurança qualificado, seria uma solução melhor. Mas ela ressaltou que entende a posição de Ribeirão das Neves, que já abrigaria presos demais.

ORADORES



Willian Dias

Política prisional

Na fase de oradores, em Plenário, o deputado **Sargento Rodrigues** (PTB) fez críticas ao governo do Estado pela possível transferência de presos vinculados à facção criminosa Primeiro Comando da Capital (PCC) para o Presídio Inspetor José Martinho Drumond, em Ribeirão das Neves (Região Metropoli-

tana de Belo Horizonte). O tema também foi tratado em audiência pública (leia acima). De acordo com o parlamentar, a proposta de transferir 1,5 mil presos de alta periculosidade, oriundos de unidades prisionais do interior, é irresponsável e pode colocar em risco a população local. “Vão transformar o presídio num barril de pólvora”, disse. Segundo ele, o PCC vem atuando em cidades do interior mineiro, queimando ônibus e roubando caixas eletrônicos. Essas ações teriam sido cometidas em represália a medidas mais rigorosas adotadas nos presídios do Estado. “Reuni-los num só presídio, que não atende a requisitos de segurança máxima, é um erro”, concluiu.

Das 8 às 18 horas

- Mostra da Associação Barralanguense das Bordadeiras e Artesãos (Galeria de Arte)

10 horas

- Comissão de Direitos Humanos (Auditório SE) – debater, com a presença de convidados, situações de violência política que colocam em risco direitos elementares dos cidadãos mineiros. Requerimento: deputada Marília Campos

TV ASSEMBLEIA

Confira os destaques do fim de semana

**Geração**

O primeiro Museu de Arte Urbana do mundo está em Belo Horizonte. Neste ano, o Circuito Urbano de Arte (Cura) produziu quatro murais imensos que podem ser vistos do Mirante da Rua Sapucaí, no Bairro Floresta. A idealizadora do Cura, Juliana Flores, conta quem são os artistas que participaram desta edição e fala dos desafios para organizar o festival. O programa mostra, ainda, onde as telas foram executadas e como é feita a manutenção dos trabalhos, além de comentar sobre os eventos, as ações e os debates programados durante os 15 dias do festival. Sábado, às 19 horas; domingo, às 12h30.

**Sala de Imprensa**

O programa discute como o conhecimento é tratado pela mídia e pela sociedade. Os especialistas no estúdio analisam o papel da ideologia no debate público e a forma como a imprensa atua nesse contexto. A ideia é avaliar como os veículos jornalísticos colaboram para explicar os conceitos e esclarecer dúvidas da população, em um mundo digital e repleto de redes sociais. As convidadas são a publicitária Viviane Loyola, professora de Comunicação na Fumec, e Lorene dos Santos, historiadora e professora dos programas de pós-graduação da PUC Minas e da Uemg. Sábado, às 17h30; domingo, às 18 horas.

**Via Justiça**

Juristas discutem o sistema prisional brasileiro e as dificuldades da ressocialização dos detentos. Para falar sobre o assunto, foram convidados o juiz aposentado Juarez Azevedo, do Conselho de Criminologia e Política Criminal, e Marcos Antônio do Couto, advogado criminalista. A reintegração das pessoas em cumprimento de pena à sociedade ainda é um desafio para o Estado, diante de uma taxa de reincidência alta. Quais políticas públicas podem auxiliar na ressocialização? Entenda essa e outras questões no programa. Sexta, às 23 horas; domingo, às 22h30.

Hoje

- | | |
|--|--|
| <p>0h Assembleia Debate – Desafios para o desenvolvimento regional: Mata, Vertentes e Caparaó</p> <p>1h Panorama (reprise) – A evolução da propaganda</p> <p>1h30 Assembleia Notícia</p> <p>2h Comissão de Agropecuária (20/6) – Discussão sobre a situação do setor sucroenergético mineiro</p> <p>4h30 Comissão de Educação (21/8) – Esclarecimentos da Secretaria de Estado da Educação</p> <p>6h Compactos de Comissões</p> <p>6h30 Parlamento Brasil</p> <p>7h Compactos de Comissões</p> <p>7h30 Assembleia Notícia</p> <p>8h Mundo Político</p> <p>8h30 Panorama (reprise) – A evolução da propaganda</p> <p>9h Geração – Capoeira</p> <p>9h30 Compactos de Comissões</p> <p>9h45 Assembleia ao Vivo</p> <p>12h Memória e Poder – Político e sindicalista Clodesmidt Riani</p> | <p>13h Mundo Político</p> <p>13h30 Compactos de Comissões</p> <p>14h Comissão de Meio Ambiente (22/8) – Debate sobre o impacto das mineradoras nos parques do Rola-Moça e da Baleia</p> <p>18h Conexão Eleitoral</p> <p>18h30 Compactos de Comissões</p> <p>19h Resenha da Semana (inédito)</p> <p>19h30 Compactos de Comissões</p> <p>20h Segunda Musical (inédito) – Danilo Cunha, Lucflia Cerqueira e Paulo Rosa</p> <p>20h30 Parlamento Brasil</p> <p>21h Assembleia Debate – Desafios para o desenvolvimento regional: Mata, Vertentes e Caparaó</p> <p>22h Resenha da Semana</p> <p>22h30 Mundo Político (inédito) – Retrospectiva da semana</p> <p>23h Via Justiça (inédito) – Ressocialização e lei de execução penal</p> <p>23h30 Zás (inédito) – <i>Ventre sagrado</i></p> |
|--|--|

• programação sujeita a alterações

MESA DA ASSEMBLEIA

Deputado Adalclever Lopes
Presidente
Deputado Lafayette de Andrada
1º-vice-presidente
Deputado Dalmo Ribeiro Silva
2º-vice-presidente

Deputado Inácio Franco
3º-vice-presidente
Deputado Rogério Correia
1º-secretário
Deputado Alencar da Silveira Jr.
2º-secretário
Deputado Arlen Santiago
3º-secretário

SECRETARIA
Cristiano Felix dos Santos
Diretor-geral
Guilherme Wagner Ribeiro
Secretário-geral da Mesa

ASSEMBLEIA INFORMA
Editado pela Diretoria de
Comunicação Institucional da ALMG
Diretor: José Geraldo de Oliveira Prado
Gerente-geral de Imprensa e
Divulgação: Fabíola Farage
Edição: Ricardo Bandeira
(editor-geral)

Revisão: Heloisa Figueiredo (GPCV)
Diagramação: Clarice Maia (GPCV)
End.: R. Martim de Carvalho, 94 –
8º andar – BH – CEP: 30190-090
Tel.: (31) 2108-7715
Impresso pela Gerência-Geral de
Suporte Logístico (ramal 7763)
www.almg.gov.br